

UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS DE MATO GROSSO

A LOOK AT THE COLONIAL CITIES OF MATO GROSSO

Lucia Helena Gaeta Aleixo¹

RESUMO

Nos primeiros anos do século XVIII, a Capitania de Mato Grosso foi palco de inúmeras descobertas de ouro. A vida de seus habitantes foi marcada pela chegada contínua de levas de homens e mulheres que buscavam melhorar as condições para sua existência. Vários elementos foram responsáveis pela formação de uma sociedade plural e diversa: a da Metrópole portuguesa. A insuficiência de recursos e de produtos forjou novas práticas e costumes diferentes daqueles existentes no Reino. Estes colonos estavam desbravando os sertões nunca antes palmilhados. Assim, a organização social da Capitania de Mato Grosso foi grifada por uma estratificação social composta por brancos, negros, mulatos, livres e cativos. Bem assim, e por uma nova camada social a ser conquistada: o indígena. A fundação inicial das cidades mato-grossenses tinha por objetivo proteger os domínios de Portugal na linha de fronteira com os espanhóis. A dificuldade em povoar a capitania obrigou a Coroa a conceder benefícios e privilégios especiais aos sertanistas que se arriscavam em se fixar na Capitania. Isso incluía as nações indígenas que nela viviam. Arraiais, vilas e cidades foram forjadas de modo a atender as demandas impostas pela geopolítica da região.

Palavras-chave: Povoamento; Fronteira; Cidades.

Abstract In the first years of the 18th century, the captaincy of Mato Grosso was the scene of countless gold discoveries, the lives of its inhabitants were marked by the continuous arrival of waves of men and women who sought to improve the conditions for their existence. Several elements were responsible for the formation of a plural and diverse society than the Portuguese Metropolis. The insufficiency of resources and products forged new practices and customs different from those existing in the Kingdom. Remember that these settlers were exploring the backlands that had never been explored before. Thus, the social organization of the Captaincy of Mato Grosso was highlighted by a social stratification made up of whites, blacks, mulattos, free and captives and by a new social layer to be conquered, the indigenous. The initial foundation of the cities in Mato Grosso had the objective of protecting the Portugal domains on the border with the Spanish. The difficulty in populating the Captaincy forced the Crown to grant special benefits and privileges to sertanists who took the risk of settling in the Captaincy, this included the indigenous nations that lived there Arraiais Towns and Cities were forged in order to meet the demands imposed by the geopolitics of the region.

Key Word: Settlement; Border; Cities.

¹ Mestrado em História/ PUC-São Paulo, e Doutorado em História Econômica/ USP. Professora do Centro Universitário de Várzea Grande -Univag.

INTRODUÇÃO

Discutir a cidade como um objeto de estudo implica compreendê-la ou, melhor dizendo, apreciá-la sob a ótica de suas nuances sócio-históricas. Desde tempos imemoriais, as cidades sempre atraíram homens e mulheres buscando um espaço para sua sobrevivência, às vezes somente como transeuntes, em outros momentos como cidadãos com vozes que ressoavam na vida cotidiana, com propostas decorrentes da modernidade produzindo transformações no tecido urbano.

O cenário urbano se apresenta com sua diversidade de elementos espaciais, temporais e sociais, relevando seus aspectos, sua complexidade cultural e social. Bem por isso, entendemos que necessário se faz compreender o urbano através da perspectiva histórica, desvelando sua origem, sua formação e seus habitantes. (PESAVENTO, 2001).

As cidades são frutos de episódios e de processos históricos que nos levam a captar a problemática das cidades de hoje. (ADILSON FILHO, 2009).

Em vários momentos, a cidade nos foi apresentada de modo simbólico por intermédio dos discursos de seus governantes especialmente na dimensão de suas representações e na visão do poder constituído.

As reflexões sócio-históricas sobre a história urbana, por meio do conhecimento e da ciência moderna, localizam-se no século XIX. Anterior a este período a produção escrita se circunscrevia muito mais a obras de cunho poético, romântico e religioso, ou sobre aspectos arquitetônicos, na maioria das vezes sem a compreensão da cidade como fruto de processos social e histórico. (SILVA, 2017, p.4). Contudo no final do século XIX, o espaço urbano passa a ser visualizado a partir de uma análise da sociedade e do seu diálogo com a cidade. Para compreender o viver urbano, é importante visualizar a cidade como fenômeno socialmente construído avaliando sua materialidade, compreendendo que as representações da urbe são resultado da fabricação histórica.

O propósito deste texto é contribuir com alguns apontamentos sobre a formação das cidades coloniais de Mato Grosso como um fenômeno social, resultante de processos históricos e de sua dimensão simbólica.

Verificando a documentação dos Conselhos Régios, encontramos um parecer que define a escolha das localidades que seriam elevadas à categoria de vilas e deveriam levar em linha de conta certos critérios. O texto estabelecia que *“estas vilas e povoações se deve procurar sejam fundadas em sítios salutíferos com vizinhança de rios e boas águas, com terrenos férteis e em boa distância das ribeiras principais do ouro, porque estas devem precisamente as que deva regular a situação das vilas”*. Nota-se que as normas estipulados pelos Conselhos Régios não era muitas vezes obedecidas, no caso da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá seu traçado foi sendo comandado pela topografia do lugar, com ruas e casario assentados de modo aparentemente desorganizados. Franqueava a impressão de que tudo era realizado de modo apressado e que correspondia, de certa maneira às necessidades imediatas para acomodar a população, sem algum planejamento preliminar. No entanto, marcando a paisagem estavam presentes a Igreja, a Casa da Câmara e a Casa do Governador.

A CONQUISTA

Nos primeiros anos do século XVIII, grupos de aventureiros em busca de riqueza se embrenharam pelos sertões e, atraídos pelo discurso de opulência e conquistas, transpondo os mais incríveis obstáculos, chegam a Mato Grosso tomam posse de porções de territórios e fundam arraiais mineradores. Para que pudessem extrair a riqueza mineral, necessitavam não só de pessoas para combater os habitantes originais, bem como de pessoas hábeis em diversos ofícios.

O discurso de riqueza atraía inúmeros sertanistas que viam nesta empreitada uma esperança de conquistar fama e fortuna. Assim, estes arraiais se transformam em catalizadores de homens e mulheres que buscam melhores condições de vida atraídos pelo ouro recém achado. Aglomeram-se nestes sítios formando um cabedal de pessoas com expectativas que acreditavam ser a razão de sua existência. Eram estimulados pelo discurso presente neste momento que levava homens e mulheres ao enfrentamento dos maiores riscos tendentes a conquistar um espaço na sociedade colonial. Indiferentes aos perigos, chegam a constituir monções com até três mil pessoas, entre brancos e pretos, conforme relata Rodrigo César em 12 de março de 1727. Faziam-no sem temer os percalços e os ataques implacáveis dos indígenas. (SOUSA, avulsos 1, p2. - Microficha 2, doc.8 AHU, cx.1 n.7).

Nos arraiais recém-povoados, conforme informa João Antônio Cabral Camelo, no tocante às edificações, quando da monção de 21 de dezembro de 1727, Cuiabá “contava com oito ou nove casas de telhas, entre as quais é a melhor a que foi do General Rodrigo Cesar”. Em acréscimo o padre Diogo Soares afirmava que *todas as casas eram de capim*.

Podemos daí depreender a pequenez do lugarejo e das parcas condições que podia oferecer aos aventureiros. Nos primeiros anos do século XVIII a Capitania de Mato Grosso se abriu para inúmeras descobertas de ouro. A dos que aqui habitavam foi marcada pela chegada de homens e mulheres que buscavam melhorar sua existência. Vários elementos foram responsáveis pela formação de uma sociedade plural e diversa a da Metrópole portuguesa. A insuficiência de recursos e de produtos ensejou novas práticas e costumes diferentes daqueles existentes no Reino. É de notar que estes colonos estavam explorando sertões jamais palmilhados. Assim, a organização social da Capitania de Mato Grosso foi vincada por uma estratificação social composta por brancos, negros, mulatos, livres e cativos. De igual modo, por uma nova camada social a ser conquistada: o indígena.

Os conquistadores de novos territórios na então Colônia portuguesa viam estes espaços como um espaço de dominação e da relação de poder a ser inserida neste contexto. Sobrelevamos o pensamento de Raffestin (1993): analisou a relação entre a sociedade e o espaço físico, identificando a ele como objeto de apropriação ou como a divisão tripartida entre a população, o território e os recursos. “*O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas, sem a população, ele se resume apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a se integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.*” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

O sentido da criação de núcleos urbanos na região Centro-Oeste refletia, naquele momento, as aspirações políticas e administrativas para a ocupação e exploração do território. Mais ainda: a necessidade de conquistar e de dominar a natureza, propiciando um provável desenvolvimento técnico para a metrópole e, assim,

demonstrar sua superioridade diante de outros reinos. O Conselho Ultramarino legislava continuamente sobre a conquista e a formação de novos núcleos urbanos na região com o intuito de preservar a presença da Coroa na área de fronteira com os espanhóis.

O ideal da Coroa Portuguesa era que a vida urbana na Colônia fosse um prolongamento e complementação da metrópole. No entanto, no dizer do historiador Fernando Antônio Novaes “*se mostrava a negação e seu avesso*”. (NOVAES, 1997).

Necessário relembrar que as pessoas que vinham a Mato Grosso foram atraídas pela promessa de riqueza conquistada por meio da exploração do ouro. A bem dizer, uma riqueza extremamente volátil. Assim, exigiu da metrópole portuguesa ações que permitissem sua fixação, tais como a emissão de uma legislação que atuava de diversas formas para promover o povoamento das minas mato-grossenses. O objetivo maior era assegurar a posse destas terras para a Coroa. Verificando a legislação emanada pela Coroa portuguesa neste período, podemos afirmar que a Metrópole portuguesa produziu uma política populacional que pretendia garantir a existência e a sobrevivência de assentamentos. Variadas ações foram adotadas, quer fossem socioeconômicas, políticas e culturais ou demográficas. Agasalhavam as instruções régias que regulamentavam a constituição das famílias, permitindo casamentos cujo pilar era o nativo, com o fim de assegurar o povoamento da região, em condições de legitimar até mesmo as uniões interétnicas.

Ainda assim, isto não significa que a análise deva se resumir à descrição dos projetos conduzidos pelas autoridades locais. Sendo a organização do espaço urbano uma produção social, a refletir as relações de poder, é essencial que se procurem identificar os diferentes agentes e os interesses que estavam em jogo. Importa lembrar a criação do Diretório dos Índios que garantia igualdade de direitos ao nativo. Considerava-os vassallos do rei, tal qual o branco português. Revela ainda as iniciativas impetradas pelos sertanistas para a sobrevivência dos arraiais, adotando medidas tais como a ocupação de terrenos para a plantação de roças, criação de gado e extração de madeiras.

A Coroa também capitalizava grande preocupação em garantir a arrecadação de tributos, disciplinando o deslocamento constante da população rumo às minas o que

ensejava ao fisco o recolhimento de valores sobre a entrada, nas minas, de aventureiros paulistas mineiros e baianos, bem assim de imigrantes lusitanos, incorporando nações nativas autóctones do território que tivessem dispostas a defender estas terras para os portugueses.

Outro fator que comportava séria preocupação à conquista deste espaço era a constante presença dos espanhóis na fronteira com Mato Grosso, demandando atitudes do governo português para assegurar a posse deste território. Não podemos nos esquecer das constantes investidas do reino de Castela sobre o território matogrossense visando alargar seu domínio na América, já que as aldeias missionárias dos jesuítas eram prósperas e ameaçavam constantemente as posições ocupadas pelos portugueses na fronteira. Os tratados entre as nações europeias emergem como solução das demandas sobre os espaços ocupados na América. Culminou com a assinatura do Tratado de Madri, definindo categoricamente a questão das posses que mantinham os espanhóis além das fronteiras de Mato Grosso.

Os portugueses construíram fortes que atuavam na defesa da posse lusitana, a exemplo dos fortes Príncipe da Beira e Coimbra entre outros. O estabelecimento da capital de Mato Grosso na região do Guaporé, próxima linha de fronteira foi outra estratégia ousada pela Coroa, a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade aflora como solução imediata.

Era importante assegurar que os povoados, missões, vilas e arraiais fossem ocupados por portugueses. Que estes estendessem seus roçados para o abastecimento de víveres e que o fluxo comercial permanente de mercadores servisse as minas com seus produtos importados. Este movimento efetiva o assentamento de povoadores brancos, mestiços, negros e indígenas na longa e distante fronteira. Assim, novas rotas e caminhos navegáveis foram abertos com o Grão-Pará e Maranhão, favorecendo a comunicação com a Europa. Deram ensejo que as Companhias de Comércio e Navegação, estimulando as atividades mercantis, propiciassem a acumulação de riqueza, e contribuindo também para enriquecimento da burguesia colonial. O afluxo de população permitia que novos assentamentos fossem surgindo, agrupando pessoas de todo o reino e mesmo do litoral em busca de riqueza imediata. Para tanto, era necessário investimentos que atraíssem novas hordas de aventureiros e investidores.

O monarca português adotou medidas que pudessem fixar uma população ao pé da fronteira com isso determinou a vinda de nobres portugueses com a obrigação e dar continuidade aos domínios de Portugal no além-mar. O capitão General Rolim de Moura foi instruído a criar uma capital que surpreendesse a todos pela grandeza de suas obras. Deste modo a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade abrigava a finalidade de transformar o interior do Brasil e de impor ordem e autoridade real nos domínios do além-mar.

A Vila foi pensada seguindo um planejamento urbano elaborado em Portugal. Contou com a competência de Rolim de Moura, o então governador da Capitania, para levar adiante tão ambicioso projeto. Conforme o relato contido no *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*, a edificação da cidade iniciou pouco depois da sua criação oficial, em 1752. O local escolhido privilegiava um terreno elevado, distante do rio Guaporé, para proteger de suas cheias que derramava suas águas além de suas margens. Como de costume, foram reservados terrenos para a construção do Quartel da Companhia da Dragões, para a construção da casa do Governador e um espaço especial para a Câmara, bem em frente à Igreja paroquial. A Vila contava com uma praça situada em frente da igreja construída para desempenhar papel importante na vida urbana. O grande destaque era a Igreja construída para sobressair na paisagem, definindo a organização e a expansão das demais edificações. Havia uma ligação estreita entre Estado e Igreja em que a ordem e a regulação moral estavam presentes.

A Coroa Portuguesa, ao criar uma capital que se destacasse dos demais assentamentos da Capitania, pretendia demonstrar que a ordem e ao mesmo tempo, a opulência eram as marcas de seu Império. Sua localização foi estrategicamente pensada, nas proximidades dos rios Guaporé/Mamoré e das missões espanholas dos Jesuítas, tentando consolidar uma linha de fronteira com os domínios de Espanha, fixando os colonos portugueses diretamente em contato com as missões jesuítas espanholas.

Creio que para compreender o processo de urbanização e os aspectos que nortearam a sobrevivência dos núcleos urbanos e das vilas, necessário se faz perceber a questão de politização dos espaços e da sociedade.

Ao estudar a função civilizadora em região de fronteira é preciso analisar o processo de urbanização mirando os espaços diversos, a cidade e o sertão, a fronteira e o sertão.

É de notar que a Capitania de Mato Grosso enfeixava duas características diferentes das demais capitanias do Brasil. Entendemos que, quanto a função *civilizatória* do processo de sua urbanização, por se encontrar em fronteira e ao mesmo tempo por ser espaço de exploração mineral, a Coroa utilizou uma política específica para a fundação de suas vilas. Seu intuito foi o de fortalecer o poder da Metrópole e de conseguir disciplinar a população estabelecendo normas específicas que regulavam a existência tanto de sua população, como da organização de suas vilas e cidades.

Entender a morfologia urbana das cidades coloniais portuguesas é tentar destacar que elas não são exatamente uma reprodução dos modelos de cidades europeias ou mesmo dos modelos de cidades brasileiras situadas no litoral. Podemos dizer que são protótipos de cidades, cujas funções urbanas estão vinculadas à produção econômica, com história própria, com ambientes específicos, culturais e políticos bem peculiares, adaptados às suas necessidades

A Coroa, com o objetivo de fiscalizar economicamente as vilas e cidades implantou um rigoroso sistema fiscal que possibilitou a redução de seus moradores a uma severa obediência, por acreditar que poderia infundir sucesso e tranquilidade. Por meio de alianças e conflitos as autoridades locais alinhavam os poderes da Coroa aos interesses locais oferecendo a seus moradores funções e representações nos espaços das Câmaras.

A composição das Câmaras se limitava aos homens bons da terra provenientes das elites locais. Elas detinham com muita frequência, amplo controle sobre as questões acorrentadas ao governo local decidindo questões relevantes, entre eles a política imperial portuguesa. Legislavam sobre o gerenciamento de impostos, a defesa das fronteiras, o controle sobre os povos indígenas e sobre os cativos e quilombolas.

Não raro, as singularidades regionais e conjunturais eram resolvidas pelas elites locais, estabelecendo uma dinâmica própria: ora colaboraram com as instruções metropolitanas, ora discordavam do seu conteúdo, determinando o que seria melhor para os interesses da região. Seu protagonismo, em face do gerenciamento das ações

significativas para sua vila representara elos de negociação com o reino, defendendo, na maioria das vezes inúmeros interesses de seus moradores.

Contudo era necessário que se fizesse o controle social, exercido pelas lideranças de proprietários que ocupavam os espaços privados e espaços públicos de poder, a exemplo da representação nas Câmaras. Durante o século XVIII, a Coroa portuguesa instituiu impostos e uma fiscalização que estabeleceu um sistema rígido de cobrança de impostos propiciando altos lucros sobre todo ouro encontrado no Brasil.

No Brasil colonial a partir de 1734, era cobrado o imposto chamado de capitação² com o intuito de acabar com a "*ociosidade dos negros forros e dos vadios em geral*". Abarcava toda a população pobre, branca, negra ou mestiça.

O quinto de todo ouro colhido pelos colonos mineradores deveria ser levado para as Casas de Fundição onde eram retirados 20% ou seja o *quinto*- imposto obrigatório cobrado e enviado a Portugal para os cofres da Coroa Portuguesa.

Nos primeiros assentamentos, houve um aumento significativo de sua população à medida que os achados de ouro se avolumavam. Assim, uma onda migratória ocorreu nestas minas. Contudo, parte deste fluxo foi diminuindo, visto que as descobertas se reduziram, passando a mudar quando o ouro era encontrado em novos ribeirões. No final dos anos de 1700, os habitantes da Capitania de Mato Grosso foram sendo distribuídos em novos e pequenos vilarejos próximos de recém-achados de ouro.

Independentemente de sua dimensão, a produção aurífera servia para sustentar a Coroa Portuguesa e manter sua Metrópole. Importante era manter fluindo a produção aurífera, pois, além disso, esta abastecia o fluxo mercantil entre a Europa e a América sustentando a burguesia mercantil existente neste período. Devemos enfatizar o aspecto simbólico contido na criação de uma Vila na região Centro-oeste da colônia dirigida por capitães-generais da mais alta patente da corte imperial portuguesa.

Significativo manter a aparência de uma Vila bem-formada com uma população ordeira e obediente: representava a permanência e a continuidade da dominação portuguesa na América. Deste modo, assegurava os limites fronteiriços com os povoados espanhóis de Moxos e Chiquitos. O maior temor dos colonizadores portugueses era que o caos se instalasse nas minas. Daí foram adotados aparatos

² Diz-se capitação, porque constitui forma de tributo cobrada pelo número de cabeças, ou seja, pelo número de pessoas dependentes de um senhor

ideológicos para coibir a população mineira, visto que parte dela não mais aceitava as imposições da Coroa. (ALEIXO, Caderno de Publicações n.5.). Assim, a metrópole ordenou e militarizou a população, permitiu o alistamento de indígenas, criou aldeamentos controlados pela Coroa, atendeu a algumas reivindicações da população livre, concedeu alguns benefícios.

Foram adotadas medidas para a higienização das vilas e cidades, propagando a obrigatoriedade da limpeza dos córregos e cursos d'água onde moradores descartavam carcaças de animais mortos e dejetos humanos.

O comércio ambulante passou a ser fiscalizado e taxado.

Havia grande preocupação com o uso da água. A provisão de 1720 delegava o direito das terras de minas e do uso das águas a alguns senhores provocando lutas e disputas, o que implicava prejuízos à extração do ouro, obrigando o governador a interferir nas demandas. (Inventários Microficha 1 doc. e 2 avulsos).

Os rios serviram sempre como importante elemento utilizado pelos topógrafos, tanto para definir fronteiras da Capitania de Mato Grosso com os domínios de Castela, como para via de comunicação e da lavra do ouro.

Vale destacar que o ordenamento interno dos núcleos urbanos coloniais esteve sempre sob o olhar da Metrópole portuguesa. Basta lembrar que o governo local deveria agir sob a ordem e em nome do rei. O poder real se materializava pela instalação e uso do pelourinho. Este servia como local para proclamação das ordens e bandos régios, bem como para promover a severa aplicação das penas e castigos aos bandidos e aos escravos capturados após suas fugas, usado ainda como local de execução de criminosos. Constituíam marco importante a lembrar continuamente a presença do poder metropolitano sobre a Colônia.

Cabia ao governador a função de traçar o processo de urbanização, com vistas a consolidar o poder metropolitano, submetendo os moradores locais à obediência e buscando a tranquilidade para que os trabalhos da exploração aurífera se fizessem de modo pacífico e regulado pelo fisco metropolitano.

Normalmente, as vilas e os arraiais nascidos da exploração aurífera se localizavam nas proximidades de rios, e/ou cursos de água, além dos morros onde era encontrado o ouro. Próximo a estes locais se formavam os pousos e as datas de terras concedidas

pelo reino aos mineiros. Um pouco mais distante, eram concedidas sesmarias, cuja finalidade era a produção de alimentos.

Assegurar a permanência da população nos arraiais recém-criados sempre foi enorme desafio das autoridades do reino. Era necessário não só assegurar a fixação dos mineradores como também adotar mecanismos que atraíssem mais colonos, assentando e expandindo esta população.

A Capitania era constantemente invadida por levas de sertanistas em busca do ouro, e com estes vinham os negros escravizados. O governador Luiz Albuquerque, em correspondência enviada ao reino de Portugal relatava que três quartas partes da população eram de negros, mulatos e mestiços. Mesmo assim, queixas eram uma constante no tocante à falta de cativos para seu uso na mineração do ouro. (RAPMT-v.1. n.3, março a set 87, p 44 a 47).

À medida que novos achados de ouro eram conhecidos, a população ia se agigantando e se condensando nos vilarejos próximos das minas, com isso surgindo espaços de comercialização nas estreitas ruelas.

Negras de tabuleiro, desrespeitando os bandos reguladores emitidos pelos governadores, vendiam quitutes aos mineradores, taberneiros, negros e negras forras, tornando-se receptadores de folhetas de ouro. Nesse andar, estimulava-se o contrabando e o descaminho do ouro extraído das lavras.

As autoridades coloniais emitiram bandos proibitivos para construção de fornos fora dos limites da vila, usados pelos negros e negras para cozer alimentos e vender em tabuleiros. A proibição de porte de armas para cativos e forros levava à cadeia e condenação dos responsáveis. As autoridades coloniais buscavam proteger suas senzalas e lavras determinando açoites e punições físicas e usando o pelourinho como instrumento disciplinador. Além disso, altos tributos eram imputados aos senhores ao permitirem que seus escravos praticassem certas contravenções.

No decorrer do século XVIII, na capitania de Mato Grosso as proibições atingiam inclusive “os *militares que andassem embuçadas e com chapéus desabados, ou trouxessem espadas, facões e outras armas ofensivas por baixo de seus capotes*” (RAPMT-v. 1, n.3, março a set 87, p 44 a 47).

Ainda que assim, a circulação da população nos espaços das minas incluía até mesmo os negros fugidos. Os aquilombados eram comumente vistos nas tabernas adquirindo víveres, acobertados pelos taberneiros.

Os documentos oficiais relatam a fuga constante de escravos para formar quilombos próximos das terras de Espanha.

Constantemente o governador da Capitania de Mato Grosso informava à Coroa portuguesa, em sua correspondência, a necessidade de atrair novos mineradores para a região das lavras. Além disso, pontuava que era imprescindível a introdução de novas lavras de escravos. Apontava o envelhecimento e a pouca longevidade da força de trabalho escrava. Muito mais importante, grifava ser conveniente atrair famílias de colonos, pois, somente deste modo, acreditava conseguir fixar a população. Aventou-se, em certo momento, a vinda de imigrantes estrangeiros. Outros fatores que dificultavam o adensamento populacional eram os altos preços cobrados por escravos e pelas variadas moléstias que grassavam nas lavras e povoados.

O clima se fazia intensamente, insalubre com um enorme nível pluviométrico atribuído às friagens que causavam o aparecimento de sezões e perniciosos catarrros, disenterias, icterícias, hidropisias e obstruções. Tais doenças atingiam brancos e negros indistintamente. A professora Maria de Lourdes Bandeira destaca *em seu trabalho Território Negro em Espaço Branco: um estudo antropológico de Vila Bela, 1988* que a região do Guaporé constituiu um problema sério para o povoamento da área por conta do clima.

POPULAÇÃO E ASSENTAMENTOS

Durante os primeiros anos da ocupação de Mato Grosso a população era extremamente instável. Seu propósito era quase que exclusivamente voltado à cata do ouro, sendo o enriquecimento fácil a meta. Sem dúvida, a Coroa estimulava a busca constante tanto do ouro quanto mais tarde, do diamante

Com o estabelecimento da capital da capitania em Vila Bela da Santíssima Trindade, um novo ciclo de povoamento era esperado. Fixar a população em área de fronteira com os domínios da Espanha impunha um grande esforço para a manutenção do rico território recém descoberto. Foi necessário criar mecanismos que, além da mineração, fixasse pessoas para garantir a posse da terra para Portugal. A nova capital seria responsável por estabelecer nova onda de colonização. Desta maneira uma cidade

planejada, demonstrando os ideais da Coroa portuguesa, dava a dimensão e a importância que ela sugeria.

Os mapas de população da Capitania, produzidos no período, demonstram a enorme disparidade ao número de habitantes homens e mulheres. Havia uma concentração expressiva de homens, o que dificultava a fixação da população

Enfim, é de questionar o modo como estas vilas e cidades sobreviviam, e qual, de fato, era a composição de sua população. Isto nos leva a compreender a relevância de sua materialidade e de seus aspectos históricos. Será, sem dúvida, pela análise da sociedade da época e pelo diálogo com a cidade e a vila em que habitavam que iremos compreender, de fato, a real construção histórica deste espaço. Os dados estatísticos produzidos pelos mapas de população estão a demonstrar que a maioria da população era masculina e extremamente volante. Migrava continuamente. As aspirações desta população se limitavam ao enriquecimento fácil e ao retorno para sua cidade de origem. Conforme afirma Araújo, havia certo desapego ao lugar, o que se revelava no desleixo da própria urbanização. Por mais de um século, os colonos quase sempre encaravam o Brasil como coisa provisória [...]” (ARAÚJO, 1997, p. 31-2)

A população era constituída pela maioria de negros escravizados e indígenas da região. Conforme registrado nos mapas de população emitidos pelo capitão general da Capitania, Luiz Pinto de Souza Coutinho, em 1.771 o número de habitantes de Mato Grosso, encampava 1.230 homens, 1.003 mulheres, índios e mestiços 1.177. Quanto aos pardos e forros, 520 homens e 496 mulheres. Já os pardos e pretos cativos representavam 8.204 homens e 3.959 mulheres. Nota-se que há um número considerável de homens entre mestiços, índios pardos e forros, e pardos e cativos, o total era de 8.204 confrontando com 3.959 mulheres. O número geral de habitantes da capitania em 1771 era de 12.159.

Fazia-se relevante o papel das mulheres para afixação da população nas minas pois eram responsáveis pela circulação da moeda e pela produção de bens.

Inúmeras mulheres brancas, negras e forras viviam do comércio ambulante, alicerçado na produção doméstica de alimentos, tecidos grosseiros, artesanato, trançados de algodão, chapéus: elas mascateavam nas minas. Produziam bens complementares que serviam à dinâmica da economia mineradora. Instaladas e organizadas estrategicamente em pontos determinados das minas, por vezes vendiam suas quitandas

sem a obediência aos pesos. Não raro sofriam penalidades por incorrearem em atos de infração.

Algumas se dedicavam às Casas de Sorte onde os mineradores faziam apostas de jogos de azar, como a roleta e os dados. Essas casas eram muito populares na época, e atraindo uma grande quantidade de pessoas interessadas em tentar a sorte.

Outra atividade exercida por boa parte das mulheres era o curandeirismo. Como não havia médicos ou práticos para atender a toda população das minas, as mulheres negras forras e mulatas, em sua maioria usavam o poder terapêutico das plantas, associado às benzeduras e orações, para o tratamento de doenças em busca da cura.

Acreditava-se em procedimentos mágicos: a feitiçaria tanto para o consolo da alma como para os males de amor e doenças do cotidiano. Usavam as *cartas de tocar*³ para tirar sorte, poções mágicas, e unguentos, queimando ervas: diziam ser poções mágicas e amuletos para proteção contra perigos terrenos e espirituais. Nas consultas eram utilizados chocalhos, maracás, amuletos, ossos e dentes, quando não garras de animais, além de banhos, jejuns, repousos, uso de calor e cinzas, saliva e urina, cauda e cabeças de animais gordura de cobras, bicos de aves e chifres de animais variados.

Já a população mais abastada recorria aos santos católicos, às preces, e se valia de bentinhas, medalhas e escapulários.

Assim, estas mulheres foram responsáveis por movimentar a economia da Capitania, sobrevivendo em um espaço eminentemente masculino.

A maior preocupação da Coroa portuguesa era manter a região povoada: a princípio pela riqueza nela contida; posteriormente para assegurar a posse deste território.

Independentemente da composição da população e da superioridade de habitantes índios e mestiços, aliada à de escravos; estes atendiam às exigências impostas pelas autoridades. Entretanto, o processo de ocupação e de fixação nesta área dependia da existência de condições econômicas para sua sobrevivência. Para tanto, pela Coroa foram doadas sesmarias de terras para produção de gêneros voltadas para o abastecimento das minas. Seus donatários mantinham estrita relação com a formação das vilas e atuação nos conselhos locais, favorecendo a o processo de urbanização.

³ Eram escritos feitos em uma folha de papel e que os seus adeptos acreditavam possuir poderes sobrenaturais como esses. Em geral, a historiografia tem destacado que na realidade ibérica do período moderno, com grande índice de analfabetismo, grupos populares acreditavam que papéis escritos tinham propriedades ocultas.

O autor de *Les fondament de la geographie humaine*, M. Sorre, afirma que a cidade “*é um lugar de contatos e de trocas de atividades, formas de vida, de sistemas, de necessidades distintas*”. Continua acentuado que “*as cidades traduziriam, na sua estrutura interna e na sua fisionomia, o caráter dominante da civilização que as produziu*”. (SORRE, M. *Les fondements de la géographie humaine – tomo III, “L’Habitat”*, Paris: Libraire Armand Colin, 1953.)

O sentido da criação de núcleos urbanos na região Centro-Oeste refletia, naquele momento, as aspirações políticas e administrativas para a ocupação e exploração do território. Mais ainda. A necessidade de conquistar e do dominar a natureza, além de propiciar um provável desenvolvimento técnico para a Metrópole e, assim demonstrar sua superioridade a luz de outros reinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os espaços internos das Vilas e Arraiais da Capitania de Mato Grosso eram regulados pela exploração dos seus recursos naturais e desempenhando papel fundamental na constituição do mapa político e econômico do império português na América. A ocupação deste território, definiu a linha de fronteira com os domínios de Espanha e assegurou a posse de ricas áreas de exploração mineral, permitindo que a Coroa se integrasse ao processo de desenvolvimento da economia mercantil altamente lucrativa.

A circulação de mercadorias se sustentava com base em pagamentos em ouro. A Capitania de Mato Grosso produzia para exportar e importava para consumir. O povoamento da região se fez necessário para preservar o domínio português na América.

As Instruções Régias apontam, de modo claro, a estratégia para a preservação da ampliação da linha de fronteira com os domínios da Espanha. Para tanto, foi adotada uma política de povoamento que determinava a ocupação sistemática dos rios Guaporé e Madeira, ligando Mato Grosso ao Pará. Estabeleceu a nova sede da Capitania em Vila Bela da Santíssima Trindade, na proximidade da fronteira e de rios navegáveis. Definiu a geopolítica portuguesa de povoamento da Capitania de Mato Grosso, pois envolvia novos assentamentos e um tratamento mais caloroso às nações indígenas, tornando os povos autóctones vassallos do rei. No início da ocupação da Capitania, entre 1723 a 1727, o mestre de campo João Leme da Silva acusava o crescente aumento

na extração do ouro de 3.05 oitavas para 32.210 oitavas, isso incentivava a vinda de novas levas de sertanistas. A fundação da nova capital emerge em decorrência da política de controle exercido pelo absolutismo: seria uma representação do bom governo, sinal de que a sociedade estava funcionando dentro de limites predeterminados. (DELSON, 1979). Acreditamos seja muito mais uma forma de exercer o controle sobre as novas terras das regiões das minas, somando ao avanço sobre as áreas de fronteira. Tal e qual a importação de mão de obra escrava, que ao mesmo tempo, engrossava o número de habitantes contribuindo com a defesa do território e com a exploração aurífera.

A disposição da Coroa em conceder sesmarias de terras cultiváveis, para produção de gênero alimentícios, abria a oportunidade para e assentar a população na região. Estas terras serviram para que pequenas unidades produtivas pudessem se dedicar à fabricação de açúcar e rapadura e de gêneros de primeira necessidade para atender à demanda das Vilas e das minas.

A criação do Diretório dos Índios, em 1757, deu foro de cidadãos aos indígenas obrigando-os ao uso da língua e a cumprir as leis portuguesas mantendo esta população aldeada ao longo da fronteira. De igual modo garantiu a existência de roças que abasteciam de víveres as fortificações, os presídios e vilas. (SILVA, 324).

Lançar um olhar sobre a formação das cidades coloniais de Mato Grosso exige compreender mais do que a geopolítica portuguesa de ocupação e dos assentamentos dos nativos da região. Implica sobretudo conhecer seu resultado: a miscigenação da população, a origem e formação de cidades com características e feições próprias, responsáveis por assegurar a posse destas terras ao Reino de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ADILSON FILHO, José; Muniz de Albuquerque Júnior, Durval. **A cidade atravessada velhos e novos cenários na política Belojardinense** (1969-2000). 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de. **Memória ou informação dada ao governo sobre a Capitania de Mato Grosso em 31 de janeiro de 1800**. Revista do Instituto Histórico e Geográficos de São Paulo. Vol. 2, 1840.

AMADO Janaina. ANZAI Leny Cancelli. **Anais de vila bela 1734-1789**. EdUFMT. Cuiabá, 2006.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio/UnB, 1997.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva**. Terra Livre (10), jan/jul 1992. Ou Boletim n. 208, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, 1956.

BRAUDEL, F. 1997. As cidades. In: F. BRAUDEL, *Civilização material, economia e capitalismo – sécs. XV-XVIII: Vol. I. As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CAMELLO, João Antonio Cabral. **Notícias práticas das minas do Cuiabá - MT**. Edições UFMT/ Cuiabá, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A cidade e a política**. *Cadernos Cebrap* (7), 1972.

COSTA, Sigueira Joaquim da. **Compêncio Histórico, Cronológico das notícias de Cuiabá, Repartição da Capitania de Mato-Grosso desde 1778 até 187**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vol. XIII.1872.

DELSON, Roberta Marx. **New Towns for Colonial Brazil, Spacial and Social Planning of the Eighteenth Century**. AnnArbor, Syracuse University, University Microfilms International, 1979.

ENGELS, F. 1985 [1845]. **A situação da classe operária na Inglaterra**. A Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra. São Paulo, Global.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A cidade no Brasil—Período Colonial** In Revista Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 38 jun/2011, p. 8 – 15.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987 [1936].

- IANNI, O. **Uma cidade antiga**. Campinas: Unicamp, 1988.
- MENDONÇA, Estêvão de. **Datas mato-grossenses**. Goiás Ed. Rio Bonito -1973, V.1.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NOVAES, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. Hucitec Editora, São Paulo. 2018.
- PASAVENTO. Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte. Autêntica, 2018. Coleção História.
- PAES Maria Tereza Duarte, **As cidades coloniais brasileiras, valores, história e urbanístico cultural**. GEOgraphia, ano 17 , n. 33 2015.
- RAFFETIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, Series temas. V. 28. 1993.
- RAUDEL, F. 1997. As cidades. *In*: F. BRAUDEL, **Civilização Material, Economia e Capitalismo – sécs. XV-XVIII: v. I. As estruturas do cotidiano**, São Paulo, Martins Fontes, p. 439-514.
- SÁ Joseph Barbosa de. **Relação das povoação do Cuyabá e Mato Grosso sem seus princípio thé os presentes tempos**. Cuiabá. Edições UFMT, 1975
- SANTOS, Milton. "A cidade" ou "as cidades"? *In* SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1978b.
- SANTOS, Paulo Ferreira, **Formação de cidades no Brasil colonial**. RJ, Editora UFRJ , 2015.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida. **Reflexões sobre o estado actual da Capitania de Mato Grosso, combinado com os domínios hespanhoes que são conflitantes**. Cuiabá. Edições UFMT,1975.
- SILVA, Heitor Lamartine da, **A cidade pelo avesso: os espaços segregados e os sujeitos estigmatizados na história urbana**. Monografia apresentada à Universidade Cândido Mendes – UCAM, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História Social e Contemporânea. TORITAMA - PE 2017.
- SILVA, Janice Theodoro da. **São Paulo 1554-1880: Discurso Ideológico e Organização Espacial**. São Paulo, Moderna, 1984.
- SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de Cores** (Política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso -século XVIII) Cuiabá. Editora da UFMT, 1995.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. **Compêndio Histórico, Cronológico de Cuyabá, Repartição da Capitania de Matto Grosso**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol.13. 1872.

SORRE, M. **Les fondements de la géographie humaine** – tomo III, “L’Habitat”, Paris: Libraire Armand Colin, 1953.

SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de. **Inventário de documentos Históricos sobre o centro-oeste**. Coleção documentos Ibéricos; série inventários. Vol. I, II, III, IV. Fundação Universidde Federal de Mato Grosso. NDIR

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América Portuguesa**. REVISTA USP, São Paulo, n.57, p. 50-67, março/maio 2003.